

## Search results list

### PT/AMSNT/ACBLS

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/ACBLS
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Administração do Concelho de Belas
<b>Date range</b>	1835 - 1855-11-21
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Biography or history</b>	A administração do Concelho de Belas foi criada pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, que regulamentava a divisão administrativa do país, e pelo Decreto de 18 de Julho de 1835, que regulamentava a Organização Administrativa do território. A referida carta de lei estabelecia no seu art.º 3.º que "Haverá em cada concelho um Agente de Administração Geral que se denominará administrador do concelho, escolhido pelo governo [...]". Já o segundo diploma citado para além de confirmar a existência de um administrador do concelho em cada concelho estabelecia no seu art.º 59.º e seguintes todas as suas competências tais como: executar as ordens, instruções e regulamentos transmitidos pelo governador civil; dirigir os trabalhos públicos efectuados nos limites do concelho e que não fossem pagos pela municipalidade; superintender e vigiar diariamente tudo o que respeita à policia preventiva; inspeccionar as escolas públicas que não pertençam a estabelecimentos dotadas de superior especial; fiscalizar os lançamentos e cobranças das contribuições directas; recensear e elaborar o mapa da população; inspeccionar os pesos e medidas com vista à segurança e fidelidade do comércio. A administração do Concelho foi extinta pelo decreto n.º 14812 de 31 de Dezembro de 1927. No entanto, a figura do Administrador do Concelho perdurou até à publicação do Código Administrativo de 1936.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

### PT/AMSNT/ACCLR

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/ACCLR
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Administração do Concelho de Colares
<b>Date range</b>	1834-08-24 - 1855-12-06
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Administração do Concelho de Colares
<b>Biography or history</b>	A administração do Concelho de Colares foi criada pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, que regulamentava a divisão administrativa do país, e pelo Decreto de 18 de Julho de 1835, que regulamentava a Organização Administrativa do território. A referida carta de lei estabelecia no seu art.º 3.º que "Haverá em cada concelho um Agente de Administração Geral que se denominará administrador do concelho, escolhido pelo governo [...]". Já o segundo diploma citado para além de confirmar a existência de um administrador do concelho em cada concelho estabelecia no seu art.º 59.º e seguintes todas as suas competências tais como: executar as ordens, instruções e regulamentos transmitidos pelo governador civil; dirigir os trabalhos públicos efectuados nos limites do concelho e que não fossem pagos pela municipalidade; superintender e vigiar, diariamente, tudo o que respeitasse à polícia preventiva; inspeccionar as escolas públicas que não pertençam a estabelecimentos dotadas de superior especial; fiscalizar os lançamentos e cobranças das contribuições directas; recensear e elaborar o mapa da população; inspeccionar os pesos e medidas com vista à segurança e fidelidade do comércio. Na sequência da reforma administrativa da primeira metade do século XIX com o consequente reordenamento territorial o município de Colares foi extinto em 24 de outubro de 1855.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/AHM**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/AHM
<b>Title</b>	Albergaria e Hospital de Montelavar
<b>Date range</b>	1618-12-25 - 1861-08-27
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Albergaria e Hospital de Montelavar
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/ANSCI**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/ANSCI
<b>Title</b>	Albergaria de Nossa Senhora da Conceição da Idanha
<b>Date range</b>	1843-07-31 - 1850-12-31
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Albergaria de Nossa Senhora da Conceição da Idanha
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/ARC**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/ARC
<b>Title type</b>	Atribuído
<b>Title</b>	Adega Regional de Colares
<b>Date range</b>	1931 - 1951
<b>Accumulation dates</b>	1929-04-05 a 1951
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Adega Regional de Colares

**Biography or history**

A Adega Regional de Colares com sede no Banzão é, conforme o alvará passado pelo ministro da agricultura, Henrique Linhares de Lima, uma associação cooperativa de responsabilidade limitada. Tem como principal objectivo "aproveitar os benefícios e vantagens que as leis concedem aos viticultores agremiados". A sua acção desenvolve-se na circunscrição territorial da região demarcada de Colares estabelecida pelo decreto de 25 de maio de 1910.

As cepas plantadas em zonas arenosas e marítimas necessitam de grandes cuidados no seu cultivo, obrigando a pequenas produções, trabalhadas manualmente. Para além de serem produzidos em condições de microclima muito especiais, estes vinhos são provenientes de castas autóctones como o Ramisco (Tinta) e a Malvasia de Colares (Branca), tão apreciados por alguns dos mais conceituados nomes da enologia Mundial. Esta conjugação de fatores humanos e vitícolas contribui para que cada garrafa represente um património muito especial, autêntica peça de coleção.

A Adega Regional de Colares foi fundada a 15 de Agosto de 1931, com o apoio de vinhateiros que, ligados ao Sindicato Agrícola da Região de Colares, associação cooperativa, cuja ação se desenvolvia na região demarcada de Colares. Conforme os seus estatutos, de entre outros, os principais objetivos da Adega Regional de Colares são os seguintes:

A instalação em edifícios próprios ou arrendados da Adega Regional de Colares imposta na lei acolhendo-se a todos os direitos, obrigações e benefícios constantes dela ou de outras que venham a vigorar; A aquisição e utilização de máquinas e aparelhos necessários à produção de vinhos na região demarcada; A fabricar e transformar em vinho as uvas frescas pertencentes aos associados; Harmonizar os interesses do comércio, produção e consumo dos vinhos regionais; Garantir a boa qualidade e origem dos produtos vinícolas da região de Colares.

O Decreto n.º 24500, de 19 de setembro de 1934, fixou a área da região Vinícola de Colares e promulgou medidas de proteção à produção e comercialização dos vinhos. A direção eleita a 4 de outubro de 1934 era constituída por Guilherme Guerra, Álvaro de Vasconcelos, Alberto Totta, Francisco Costa. Pelo decreto n.º 31540, de 29 de setembro de 1941, a Adega foi reestruturada e atualmente reúne mais de 50% da produção da região. Esta cooperativa perdurou até aos nossos dias exercendo uma função social de grande importância na atividade agrícola da região produzindo vinhos da Denominação de Origem Protegida (DOP) de Colares, Regionais estremadura e Vinhos de Mesa.

**Access restrictions**

Comunicável

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/ASCJAB****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/ASCJAB

**Title**

Associação do Sagrado Coração de Jesus da Freguesia de São Pedro de Almargem do Bispo

**Date range**

1880-01-01 - 1893

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer**

Associação do Sagrado Coração de Jesus da Freguesia de S. Pedro de Almargem do Bispo

**Access restrictions**

Comunicável

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/BPI****Description level**

CL

**Reference code**

PT/AMSNT/BPI

**Title**

Bilhete Postal Ilustrado

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/CAAB****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/CAAB

**Title**

Confraria das Almas de Almargem do Bispo

**Date range**

1722-08-09 - 1768-08-12

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer** Confraria das Almas de Almargem do Bispo  
**Access restrictions** Comunicável.  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/CASJDT**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/CASJDT  
**Title** Confraria das Almas de São João Degolado da Terrugem  
**Date range** 1692-10-22 - 1903  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Confraria das Almas de São João Degolado da Terrugem  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/CCSAC**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/CCSAC  
**Title** Convento do Carmo de Santa Ana de Colares  
**Date range** 1600 - 1845-09-05  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Convento do Carmo de Santa Ana de Colares

**Biography or history**

O Convento carmelita de Santa Ana em Gigarós (Colares) fora uma circunscrição administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem monástica descalça do Monte Carmelo, localizada no sítio da Boca da Mata e funcionalmente existente entre cerca 1457 e 1834.

Este Convento fora inicialmente fundado no sítio do Casal da Torre (então Casal de Miguel Joanes e sítio no Termo de Sintra), pertencente a Mestre Henrique, Físico-Mor do Rei D. Duarte e devoto de Nossa Senhora do Carmo, com a respectiva licença régia concedida por Cartas Régias emitidas em Lisboa, em 24 de Novembro de 1433 e 14 de Novembro de 1436.

Este fundador legou em testamento um casal com uma Capela ou Oratório já fundado à Ordem monástica carmelita descalça, nomeando executor testamentário Frei D. João Manuel, filho natural do Rei D. Duarte, Provincial da Ordem em Portugal e Embaixador em Roma, Bispo de Tiberíades e de Ceuta e Capelão-Mor do Rei D. Afonso V. Falecido o fundador em 1449, a Rainha D. Isabel, esposa do Rei D. Afonso V, enquanto Senhora de Colares, autoriza o Padre Frei Rodrigo, Sub-Prior da Ordem do Carmo, com mais quatro frades e Gonçalo Boto, a tomarem posse do casal em nome do Bispo testamentário.

Adicionalmente, Frei D. João Manuel nomeou Frei Constantino Pereira, sobrinho do Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira, para habitar no casal, tendo ainda Frei João de Santa Ana, Provincial e Vigário-Geral da Ordem em Portugal, estado presente na génese inicial da fundação das primeiras instalações para a comunidade conventual.

Sendo este casal um sítio pouco frutífero e desabrigado, Sebastião Vaz e sua esposa Inês Esteves doaram a Frei Constantino Pereira e a seus herdeiros e sucessores, por escritura de 16 de Julho de 1457, celebrada pelo tabelião Brás Anes, uma sua sesmaria situada no lugar da Boca da Mata (a Este com a Quinta de Milides e a Oeste com a Serra de Sintra), suspendendo-se imediatamente a obra começada e iniciando uma nova obra neste local.

Frei Constantino Pereira convocou ainda a colaboração do seu velho companheiro Padre Frei João de Santa Ana e, prevendo a demora temporal da construção do prédio conventual, edificaram uma pequena Ermida ou Oratório dedicado a Santa Ana (futuro orago do novo Convento), onde celebraram os ofícios divinos, cultivando a Serra, desbravando as matas, plantando árvores, enquanto não se pudesse construir por falta de verbas provinciais da Ordem do Carmo.

Falecido Frei Constantino em 14 de Fevereiro de 1465, a obra de edificação suspende-se inacabada e o Juiz dos Direitos de Colares entregou a sesmaria com a Ermida a Álvares Fernandes de Abreu, Escudeiro do Arcebispo de Lisboa, para a usufruir, enquanto a Infanta D. Isabel, Senhora de Colares, não julgasse a quem pertencesse legitimamente. Para tal, a Ordem enviou a Colares o Padre Frei António com o Sub-Prior para demonstrarem o seu direito à posse da sesmaria, recorrendo à deliberação da Infanta face a uma primeira resolução decisiva e sentenciando esta então a entrega definitiva com usufruto permanente. Em 16 de Julho de 1474, aquando do Capítulo Provincial da Ordem, fez-se doação do Casal da Torre ao novo Convento e, no de 28 de Maio de 1508, renovou-se, com confirmação requerida ao Papa e ao Geral Frei Pedro Ferrarense, em 25 de Junho de 1509, solicitando-se ainda, em 29 de Novembro de 1542, ao Papa Paulo III, que se confirmasse a transferência geográfica da disposição testamentária da fundação conventual.

Sequencialmente, fora eleito Vigário deste novo Convento Frei João Namorado, incrementando-se ainda muito as obras de construção com alguns subsídios de prelados e a doação da herdade do Casal da Torre, com a obrigação de celebração de 35 missas ordenada no testamento de Mestre Henrique, além das esmolos de alguns devotos.

Adicionalmente, o provimento hídrico ao Convento é regulado em dois dias semanais de irrigação por Alvará do Rei D. João III, emitido em Almeirim, em 14 de Setembro de 1556, e na posse da água existente até ao Convento de Santa Cruz, por D. Filipe III, em 7 de Outubro de 1625, depois reconfirmada pelo Ordinário judicial de Sintra em 31 de Julho de 1797 e por petição certificada por D. João VI em 13 de Setembro de 1824.

Tendo a igreja sido sagrada em 1528 pelo Bispo carmelita Frei D. Cristóvão Moniz, Provincial da Ordem, Bispo titular de Reona e coadjutor de Évora, mais tarde, em 23 de Agosto de 1612, D. Diniz de Melo e Castro, filho de D. Francisco de Melo e Castro, Doutor em Direito Canónico pela Universidade de Coimbra, Desembargador da Relação do Porto, da Casa da Suplicação e do Paço, Bispo de Leiria Viseu e Guarda, e Regedor das Justiças do Reino, consegue obter o padroado hereditário da capela-mor da igreja conventual, com lugar de panteão familiar, onde fora igualmente sepultado Frei Brás Correia, atestando assim a fixação geográfica colarense do seu solar como "Corte na Aldeia" durante a vigência do período da monarquia dualista ibérica.

Finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834 determina a entrega subsequente do edifício imóvel conventual e do seu inerente recheio inventariado ao Juiz de Fora e do Cível em Colares (para ulterior leilão em hasta pública) e a Igreja à Paróquia respectiva.

**Access restrictions**

Comunicável.

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/CFDISM****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/CFDISM

**Title**

Confraria dos Fieis de Deus da Igreja de São Martinho de Sintra

**Date range**

1708-10-23 - 1708-10-23

<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Confraria dos Fieis de Deus da Igreja de São Martinho de Sintra
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/CFNSCESMT**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/CFNSCESMT
<b>Title</b>	Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel da Freguesia de São Martinho
<b>Date range</b>	1928 - 1980
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/CMBLS**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/CMBLS
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Câmara Municipal de Belas
<b>Date range</b>	1584-03-16 - 1891-06-16
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Câmara Municipal de Belas
<b>Biography or history</b>	<p>Na sua génese, o concelho de Belas terá sido um concelho senhorial sempre relacionado com o senhor de Belas que detinha jurisdição sobre os lugares que constituíam o seu morgadio. O senhorio de Belas foi instituído em 1501, quando Dona Brites, mãe de D. Manuel I, doou, com excepção das minas do Monte Suimo, as suas propriedades de Belas a Rodrigo Afonso de Atouguia que ficava obrigado ao pagamento anual de 40 000 reis ao convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja. D. Manuel I, transformou este pequeno domínio em concelho senhorial cujo donatário possuía jurisdição cível e crime. Em 1712 o padre António Carvalho da Costa na Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, &amp; lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, &amp; outras curiosas observaçoens, dá-nos noticia sobre a composição do governo deste concelho que contava com: um juiz ordinário, juiz local; um tabelião para os órfãos; vereadores; um procurador do Concelho; um escrivão; um tabelião judicial e notas; Almotaçaria, isto é, tribunal cível e do crime; almoçatê, funcionário municipal encarregue de fiscalizar pesos, medidas e preços dos géneros alimentares, um alcaide, dois quadrilheiros e uma companhia de ordenança, que correspondia à presença de uma força militar imposta pelo regulamento de 1570. O Juiz de direito ou de fora, nomeado pelo rei, pertencia à Correição de Torres Vedras.</p> <p>No final do século XVIII, com a publicação da Lei de 19 de Junho de 1790 foram extintas todas as isenções de Correição bem como as jurisdições dos donatários o que alterou significativamente a administração do território e a configuração da entidade administrativa que o geria. De concelho senhorial passou a município cujo administrador era nomeado pelo rei.</p> <p>Com a publicação do decreto de 18 de Julho de 1835, o concelho passou a integrar as localidades de A-da-Beja, Agualva, Carenque, Casal de Cambra, Meleças e Tala. Um ano depois, a 6 de Novembro de 1836, com a publicação de novo decreto, o novo município vê alargado o seu território com a incorporação das localidades de Barcarena, Massamá e Queluz. Também a partir daquele ano, o concelho de Belas passou a ter três freguesias: Belas; Barcarena e Venda Seca.</p> <p>Em 24 de Outubro de 1855, a publicação de um novo decreto confirma uma profunda reforma da divisão administrativa e territorial do reino extinguindo inúmeros concelhos, entre os quais, o Concelho de Belas.</p>
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/CMCLR**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/CMCLR
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Câmara Municipal de Colares
<b>Date range</b>	1516-11-10 - 1855
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Câmara Municipal de Colares
<b>Biography or history</b>	<p>Criada por uma eventual carta de foral concedida pelo Rei D. Dinis (1279-1325), na data equívoca de 16 de Maio de 1255, às populações mouras e cristãs residentes nesse seu reguengo constituído após a reconquista cristã de Sintra em 1147. Apesar de a localização e o conteúdo dessa carta régia de concessão foralenga serem ainda hoje totalmente desconhecidas, algumas fontes documentais dos sécs. XV e XVI referem a existência constituída do Município, exercendo explícitas funções judiciais e notariais, além dos cargos municipais de Vereadores, Juizes, Procurador, Escrivão e demais Oficiais. Com o período manuelino, a reforma legislativa dos forais municipais efectua-se praticamente restrita às questões alfandegárias e fiscais, perdendo o seu perfil de diferenciação política em que assentava o poder local medieval.</p> <p>É assim que uma inquirição económica e fiscal determinada pelo Chanceler-Mor do Reino, Fernão de Pina, ao Alcaide da Comarca da Estremadura, Brás de Ferreira, em 18 de Julho de 1516, origina a renovação do foral de Colares em 10 de Novembro do mesmo ano, reconhecendo a plena vigência legal deste Município pelo crescimento autónomo do seu prestigiante poder económico, já não se circunscrevendo a mera zona portuária de Sintra ou região étnico-social de "mouros forros".</p> <p>Logo ainda no séc. XVI e reflectindo um evidente desenvolvimento urbanístico e administrativo, os Paços do Concelho e a Cadeia municipal transitaram geograficamente do antigo Castelo medieval para o actual Largo do Pelourinho, que, entretanto, fora intervencionado com uma campanha de obras de requalificação que permitisse a implantação destes equipamentos institucionais executivo e judicial.</p> <p>Entretanto e conseqüentemente, no final do séc. XVI, é criada a respectiva Paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia de Colares, autónoma perante a até aí jurisdicionante Paróquia de São Martinho de Sintra, contudo permanecendo a localidade adstrita à Comarca judicial de Torres Vedras.</p> <p>No entanto, o grande apogeu municipal de Colares ocorre só na primeira metade do séc. XVII, durante a vigência político-dinástica da monarquia dualista ibérica, em que o antigo Castelo é transformado, em 1620-1640, no Palácio solarengo do prelado e estadista D. Dinis de Melo e Castro, como verdadeiro exemplo sócio-cultural da "Corte na Aldeia", provocando assim uma nova transferência geográfica dos Paços do Concelho e da Cadeia comarcã.</p> <p>Nesta época, além do reguengo de Colares, o Município evolui com uma situação análoga à de Sintra e integra, tal como sempre posteriormente, uma única Paróquia e seis lugares (Penedo, Boca da Mata, Gouxia, Vinagre, Azenhas do Mar e Covão), em que o Alcaide-Mor é o Conde da Castanheira, competindo-lhe sustentar os rendimentos do Alcaide e do Carcereiro.</p> <p>Demograficamente, o termo territorial recenseado do Município de Colares reflecte a inequívoca pujança crescente do seu desenvolvimento sócio-económico aglutinante nos sécs. XVI-XVIII: 78 vizinhos em 1527, 240 em 1640, 356 em 1712, 318 fogos com 1229 pessoas em 1736, 255 fogos em 1751, 400 fogos com 1700 pessoas em 1758, e 526 famílias em 1798.</p> <p>Mais tarde, verifica-se uma nítida perda do prestígio regional sócio-económico de Colares desde o final do séc. XVIII, bem como uma inerente decadência municipal e urbana, reduzindo-se o seu quantitativo de comarcas e restringindo-se a sua funcionalidade administrativa, além do progressivo afastamento sócio-hierárquico da sua antiga elite aristocrático-eclesiástica, que, sendo titular de privilégios legais de nascimento, detém uma cada vez menor resistência colectiva económico-institucional, substituindo-se por uma burguesia emergente e recém-nobilitada nas nomeações funcionais administrativas e militares.</p> <p>Conseqüentemente e mercê desta fenomenologia sócio-económica reflectida em inúmeros pequenos municípios, já durante a primeira metade do séc. XIX, realiza-se a reforma administrativa de reordenamento territorial segundo o estrito modelo eleitoral do liberalismo cartista em 1834-1857, conduzindo aqui à particular extinção do Município de Colares em 24 de Outubro de 1855 e à sua imediata integração geográfica e patrimonial no de Sintra como uma sua simples Freguesia adicional.</p>
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/CMCSC**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/CMCSC
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Câmara Municipal de Cascais
<b>Date range</b>	1769-08-16 - 1915-06-20

<b>Dimension and support</b>	1 Cx.; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Câmara Municipal de Cascais
<b>Biography or history</b>	<p>O concelho de Cascais foi criado em 7 de junho de 1364 por carta régia. D. Pedro I separou, do concelho de Sintra, e elevou Cascais a Vila. Posteriormente nova carta régia de 8 de abril de 1370 definiu o termo da vila com uma área de aproximadamente 100 Km. Em meados do século XVIII a ribeira de Carcavelos estabelecia o limite oriental do concelho de Cascais. Em 1864 o concelho era composto por 3 freguesias: Nossa Senhora da Assunção e Ressurreição de Cristo; São Vicente de Alcabideche e São Domingos de Rana. No século XIX com a extinção e restauração do concelho de Oeiras a área do seu território conheceu avanços e recuos. Atualmente é composto pelas freguesias de Alcabideche, Carcavelos, Parede, cascais, Estoril e São Domingos de Rana.</p>
<b>Arrangement</b>	Fundo constituído por 3 secções e 7 séries.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo online.
<b>PT/AMSNT/CMSNT</b>	
<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/CMSNT
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Câmara Municipal de Sintra
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Câmara Municipal de Sintra.



**Biography or history**

Após a reconquista de Lisboa, Sintra obteve a sua carta de foral outorgado pelo rei D. Afonso Henriques em 8 de janeiro de 1154 criando o concelho de vizinhos para em nome do rei governar o território “[...] a vós que habitais em Sintra da classe superior ou da inferior e de qualquer ordem que sejais, e a vossos filhos e descendentes, carta irrevogável de direito, estabilidade e serviço [...]”. Este foral chegou aos nossos dias em 2 traslados do século XV existentes no Arquivo Nacional - Torre do Tombo. Um no códice intitulado bens dos próprios da Rainha Dona Leonor a 28 de abril de 1437 e o segundo feito a pedido dos homens bons de cascais em 1472, pergaminho no maço 1 dos forais antigos.

Este diploma apresenta a jurisdição concelhia fixando os principais direitos e deveres dos habitantes. A jurisdição local era então exercida por um juiz e um saião, executor de justiça, eleitos pelos homens bons (possuíam propriedades ou exerciam ofícios não manuais- podiam eleger ou ser eleitos), ambos entravam e saíam do conselho municipal por votação e eram assistidos por 6 homens bons. Estava criado o conselho de homens bons para a administração do território de Sintra com autonomia municipal reconhecida desde os primeiros anos da nacionalidade. Juiz e executor de justiça (magistrados municipais) acumulavam funções jurisdicionais e administrativas. Em 1403 a câmara municipal de Sintra tinha 2 juizes e pelo menos 2 vereadores.

Em 7 de junho de 1364 uma carta régia de D. Pedro I Cascais é elevada a vila com jurisdição cível e crime e separada do concelho de Sintra, o seu território viria a ser demarcado com maior clareza numa carta régia de D. Fernando em 1370. Grande parte deste território foi desanexado do concelho de Sintra e integrado no recém-criado concelho de Cascais.

A 29 de outubro de 1514 o rei D. Manuel I procedeu à atualização do foral que se assume como fulcral, regulava a vida jurídica, administrativa, económica e social dos habitantes de Sintra e vigorou até ao século XIX aquando das reformas de Mouzinho da Silveira. Aliás, durante o regime liberal ocorreram várias reformas administrativas que tiveram repercussão no território do concelho de Sintra. Neste contexto, em 24 de Outubro de 1855, a publicação de um novo decreto traduziu-se numa profunda reforma da divisão administrativa e territorial do reino extinguindo inúmeros concelhos, entre os quais, o Concelho de Belas e Colares. Os territórios administrados por estes concelhos foram então anexados ao concelho de Sintra que viu um aumento significativo do seu território cujos limites e área se aproximam da realidade atual.

Já no século XX, a 11 de setembro de 1979, foi criado o concelho da Amadora cujo território foi na sua maioria composto por território desanexado do concelho de Oeiras e uma pequena faixa de território do concelho de Sintra.

A publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica que promoveu a agregação de freguesias. O território do concelho de Sintra na atualidade divide-se pelas seguintes freguesias: União das freguesias de Aqualva e Mira Sintra, Junta de freguesia de Algueirão - Mem Martins, União das freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, União das freguesias de Cacém e São Marcos, Junta de freguesia de casal de cambra, Junta de Freguesia de Colares, União das freguesias de Massamá e Monte Abraão, União das freguesias de Queluz e Belas, Junta de freguesia de Rio de Mouro, União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem e a União das freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).

Atualmente o concelho de Sintra com uma área de 32 000 hectares conta com uma população de cerca de 380 000 habitantes e constitui o 2.º maior em população do país.

**Access restrictions**

Comunicável

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Physical characteristics and technical requirements**

Português

**PT/AMSNT/CNSCAB****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/CNSCAB

**Title**

Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Almargem do Bispo

**Date range**

1738-11-22 - 1833-03-24

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer**

Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Almargem do Bispo

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/CNSMDX****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/CNSMDX

**Title**

Convento de Nossa Senhora de Madre Deus de Xabregas

**Date range**

1690-07-14 - 1840-09-02

**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Convento de Nossa Senhora de Madre Deus de Xabregas  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/CNSPSS**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/CNSPSS  
**Title** Confraria da Nossa Senhora da Piedade da Serra do Sabugo  
**Date range** 1762-02-27 - 1762-02-27  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Confraria da Nossa Senhora da Piedade da Serra do Sabugo  
**Access restrictions** Comunicável.  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/CNSRAB**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/CNSRAB  
**Title** Confraria da Nossa Senhora do Rosário de Almargem do Bispo  
**Date range** 1695 - 1695  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Confraria da Nossa Senhora do Rosário de Almargem do Bispo  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/CSAA**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/CSAA  
**Title** Confraria de Santo André de Almoçageme  
**Date range** 1709-09-14 - 1709-09-14  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Confraria de Santo André de Almoçageme  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/CSTS**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/CSTS  
**Title** Convento da Santíssima Trindade de Sintra  
**Date range** 1694-12-10 - 1752-06-14  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Convento da Santissima Trindade da Vila de Sintra

**Biography or history**

O Convento da santíssima Trindade de Sintra fora uma circunscrição administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem monástica da Santíssima Trindade, localizada no sítio de Santa Maria do Arrabalde de Sintra e funcionalmente existente entre 1410 e 1834. Este Convento fora fundado em 1410 pelos Padres Frei Álvaro de Castro (filho do primeiro Condestável do Reino e sobrinho de D. Inês de Castro), D. Álvaro Pires de Castro (Pregador, Conselheiro e Confessor do Rei D. Pedro I), Frei João de Évora (Confessor do Rei D. João I e depois Bispo de Viseu), Frei João de Lisboa (Director espiritual da Rainha D. Filipa de Lencastre) e Frei João de Matos, a partir de uma primitiva Ermida de Santo Amaro, foco de profícua peregrinação das populações de Sintra e de Cascais desde c. 1374.

Os seus primeiros benfeitores foram: João Rodrigues Candeeiro e esposa, de Lisboa, doando casas com quintal à comunidade conventual; o Infante D. Fernando, filho do Rei D. Henrique de Castela; e o Rei D. João I, como protector do Convento desde 25 de Outubro de 1411. Anteriormente, este monarca, por sua vez, mandara edificar o primitivo prédio monástico sob a protecção do confessor régio Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de Menezes (Conselheiro régio e depois Embaixador extraordinário ao Rei Carlos VI de França e à Cúria Romana), entretanto falecendo Frei Álvaro de Castro em 8 de Abril de 1418. Posteriormente, em 1500, o Rei D. Manuel I manda renovar e decorar a igreja conventual com o seu brasão de armas. Contudo, perante um mau acabamento desta empreitada, o edifício começa a ameaçar ruína, sendo conseqüentemente abandonado pela respectiva comunidade, excepto um frade aí remanescente para recolher a produção frutícola e as rendas.

Em 1510, sendo o Padre João Lobo Prior e Vigário das Igrejas Paroquiais de Santa Maria e de São Miguel, ocorreu um grave contencioso judicial com o Convento trinitário do Arrabalde (então representado pelos Padres Frei Diego, Provincial da Ordem da Santíssima Trindade, e Frei Fernando de Matos, Ministro conventual), que pretendia capacidade de tanger sino às horas canónicas dos ofícios litúrgicos, concorrendo com aqueles templos matrizes, deliberando depois e sentenciando definitivamente o Doutor João Gil, Chantre da Sé Catedral de Lisboa, Cirurgião-Mor e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, a favor da comunidade monástica e recorrida depois junto da Cúria Romana sem decisão ulterior, mas com recíproca aceitação reconciliante. Subsequentemente, o Padre Provincial Frei Baptista de Jesus reedificou o imóvel noutra local, com vista à sua potencial ampliação, tal como o claustro e as casas abobadadas circundantes foram edificados cerca de 1570, havendo nova campanha de obras de restauro no final do séc. XVII e a igreja se reedificara já após o terramoto.

Finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834 determina a entrega subsequente do edifício imóvel conventual e do seu inerente recheio inventariado ao Juiz de Fora e do Cível em Sintra (para ulterior leilão em hasta pública) e a Igreja à Paróquia de Santa Maria do Arrabalde.

**Access restrictions**

Comunicável

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/CTC****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/CTC

**Title type**

Formal

**Title**

Cine-Teatro Chaby

**Date range**

1947-09-16 - 1948-10-29

**Dimension and support**

10 cartazes; papel

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer**

Cine-Teatro Chaby

**Biography or history**

O cine-teatro Chaby foi inaugurado em 30 de agosto de 1947 e funcionou até 1989. Após o seu encerramento foi destruído por um incêndio que ditou o fim definitivo daquele espaço. Foi um espaço cultural bastante relevante no concelho oferecendo espetáculos à quinta-feira, sábado e domingo com matiné. Tanto a avenida em que se encontrava edificado como o próprio cineteatro receberam, homenageando, o nome do famoso ator Chaby Pinheiro (12-01-1873 a 06-12-1933) que viveu e faleceu em Mem-Martins.

**Arrangement**

Fundo constituído por uma série ordenada segundo o critério cronológico.

**Access restrictions**

Comunicável.

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**Other finding aid**

Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/CVRC**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/CVRC
<b>Title type</b>	Atribuído
<b>Title</b>	Comissão de Viticultura da Região de Colares
<b>Date range</b>	1910-05 - 1938-11-14
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Comissão de Viticultura da Região de Colares
<b>Biography or history</b>	A comissão de viticultura da região de Colares foi criada em 1910. Tinha como principais funções registar as propriedades da região demarcada, elaborar estatísticas de produção, fiscalizar técnicas vitivinícolas, fiscalizar os processos de vinificação, garantir a autenticidade e certificar a origem dos vinhos de Colares e emitir certificados de transporte fiscalizando o trânsito de vinhos. Competia, também a este organismo superintender as ações do Sindicato Agrícola da região de Colares e promover e divulgar os vinhos de Colares.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/DSN**

<b>Description level</b>	CL
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/DSN
<b>Title</b>	Desenhos
<b>Date range</b>	1816 - 1998
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Biography or history</b>	O Arquivo Municipal de Sintra ao longo das últimas décadas reuniu a presente coleção através de doações, aquisições e incorporações com vista a disponibilizar informação que, independentemente da sua tipologia, formato ou suporte, contribui para um melhor conhecimento de Sintra.
<b>Scope and content</b>	Inclui desenhos a tinta da china, lápis de carvão e desenhos aquarelados.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeita à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/ECL/CC**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/ECL/CC
<b>Title</b>	Convento da Ordem do Carmo de Lisboa
<b>Date range</b>	1794-12-06 - 1802-07-28
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Convento do Carmo
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/ECL/MNSE**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/ECL/MNSE
<b>Title</b>	Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa
<b>Date range</b>	1634-05-09 - 1634-05-09

<b>Dimension and support</b>	1 lv.
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa
<b>Biography or history</b>	<p>O Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa fora uma circunscrição administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem Militar de São Bento de Avis e funcionalmente existente entre 1630 e c. 1834.</p> <p>Este Convento fora fundado em 1630 por disposição testamentária da Infanta D. Maria, filha do Rei D. Manuel I e da Rainha D. Leonor, irmã do Imperador Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico e da Rainha D. Catarina, mulher do Rei D. João III, localizando-se inicialmente no Poço do Borratém e posteriormente na actual localização, junto à muralha fernandina, num primitivo terreno pertencente a D. Aleixo de Menezes, filho de D. Pedro de Menezes, Conde de Cantanhede, e vendido à sua primeira prelada D. Luísa Chagas de Noronha.</p> <p>O propósito da edificação conventual consistia em albergar e recolher assistencialmente senhoras casadas, solteiras e viúvas familiares de altos funcionários militares de ascendência social aristocrática, aí residindo sem qualquer restrição de confinamento ou clausura conventual, acompanhamento de serviço doméstico ou mesmo imposição canónica de votos de profissão monástica.</p> <p>Sendo instituída, na respectiva igreja conventual, a Irmandade das Escravas do Santíssimo Sacramento em 1643, sob a protecção de Nossa Senhora da Encarnação, o edifício ficou parcialmente destruído com um incêndio ocorrido em 1734 e com o terramoto de 1755, obrigando a sua inerente requalificação temporária ao alojamento da comunidade residente na cerca do Convento de Santo Antão até 1758.</p> <p>Finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834, determina a transferência subsequente do edifício imóvel conventual para a posse do Estado através da Fazenda Nacional, permanecendo a sua comunidade residente até ao seu desaparecimento natural, conforme exceptuado para todos os mosteiros femininos.</p>
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/ERS**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/ERS
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Empresa de Recreios de Sintra
<b>Date range</b>	1931-09-06 - 1946-10-10
<b>Dimension and support</b>	22 programas; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Empresa de Recreios de Sintra
<b>Biography or history</b>	A Empresa de Recreios de Sintra teve sede provisória no bureau de turismo, na Praça da Republica em Sintra. Foi responsável pela construção da praça de touros na Portela de Sintra para a realização de eventos tauromáquicos, espetáculos de circo, cinema ao ar livre, lutas de boxe e outras modalidades adequadas ao espaço. Nesta praça foram organizadas várias iniciativas de beneficência aos bombeiros de Sintra, à escola de Santa Maria da Vila de Sintra e para a educação de crianças pobres.
<b>Arrangement</b>	Fundo constituído por uma série ordenada segundo o critério cronológico.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/FJLC**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/FJLC
<b>Title type</b>	Atribuído
<b>Title</b>	Francisco José Lopes Costa
<b>Date range</b>	1926-05-28 - 1988
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra

**Producer** Francisco José Lopes Costa

**Biography or history** Francisco José Lopes Costa nasceu no bairro da Estefânia decorria o ano de 1900. Alguns estudiosos consideram-no o único escritor genuinamente sintrense pois nasceu, viveu, trabalhou e morreu em Sintra. Nas suas atividades profissionais Sintra esteve sempre no centro das suas atenções. Ao longo de 50 anos foi contabilista da Adega Regional de Colares, funcionário do município de Sintra onde chegou a ser diretor da biblioteca e Arquivo até meados da década de 70. Foi, também, vereador do pelouro de instrução e Cultura da Câmara Municipal de Sintra durante a década de 40 do século passado. Apenas com 20 anos iniciou a sua atividade como poeta mas foi como romancista que ficou mais bem conhecido. A Garça e a Serpente foi um dos seus romances com mais sucesso, galardoado com o Prémio Literário Eça de Queirós, que haveria de chegar ao grande público através da sua adaptação para cinema. Destacou-se no panorama cultural sintrense e integrou várias organizações que tinham como objetivo principal o estudo e a divulgação da cultura e história da região das quais destacamos o Instituto de Sintra e o Circulo de amigos de Cintra. Francisco Costa viveu sempre em Sintra e encomendou a Raul Lino o projeto para a construção da sua casa onde permaneceu toda a sua vida.

**Access restrictions** Comunicável

**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material** Português

**Other finding aid** catálogo on-line.

**PT/AMSNT/FTG**

**Description level** CL

**Reference code** PT/AMSNT/FTG

**Title type** Atribuído

**Title** Coleção de Fotografias

**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra

**Producer** Câmara Municipal de Sintra

**Scope and content** Integra trabalhos de fotógrafos como António Passaporte, Eduardo Portugal, Francisco Costa, Carlos Granja, Alexandre Granja.

**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/GRV**

**Description level** CL

**Reference code** PT/AMSNT/GRV

**Title type** Atribuído

**Title** Gravuras

**Dimension and support** 3 albuns; 678 gravuras; papel

**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra

**Producer** Arquivo Municipal de Sintra

**Acquisition information** Aquisição; Doação

**Scope and content** Integra trabalhos de gravadores como: António Correia Barreto; C. Legrand; Domingos Schioppetta; Duarte d'Armas; Enrique Casanova; G. Vivian; George Landmann; James Bulwer; João Alexandre Noel; João Machail; João Pedro Monteiro; Jorge Nicholson Moore Barradas; Manuel Macedo Pereira Coutinho; Manuel Macedo Roque Gameiro; Pedro Augusto Guglielmi; Pedro João David; William Bradford; William Burnett; William Westall A. R. A.

**Arrangement** Ordenação numérica.

**Access restrictions** Comunicável.

**Conditions governing use** Sujeita à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material** Português

**Other finding aid** Catálogo.

**PT/AMSNT/HCS**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/HCS
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Hockey Clube de Sintra
<b>Date range</b>	1941-08-21 - 2006-12
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Hockey Clube de Sintra
<b>Biography or history</b>	O Hockey Club de Sintra foi fundado em 30 de Agosto de 1940. Em 1945 conquistou o seu primeiro troféu ao vencer a taça de honra da associação de patinagem de Lisboa. Em 1951 conquistou o Torneio Internacional de Montreaux. Os seus atletas depressa se destacaram no plano nacional e muitos deles integraram a seleção nacional. Para além da sua inegável importância desportiva com a conquista de vários títulos, ao longo da sua existência este clube destacou-se, também, pelo seu apoio às causas sociais desenvolvendo inúmeras atividades de beneficência ao hospital da Misericórdia de Sintra. A inauguração do complexo gimnodesportivo em 1994 foi um marco importante na história do clube onde, para além de hockey, se desenvolvem outras atividades como a patinagem artística. Para além dos títulos conquistados conta no seu currículo com várias condecorações do Presidente da Republica, do governo, da Câmara Municipal de Sintra e vários louvores, de entre outros, o grau de Oficial da Ordem de benemerência ou a medalha de bons serviços desportivos.
<b>Arrangement</b>	Fundo constituído por seis séries ordenadas segundo o critério cronológico.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/IASJL**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/IASJL
<b>Title</b>	Irmandade das Almas de São João das Lampas
<b>Date range</b>	1837-03-07 - 1847
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Irmandade das Almas de São João das Lampas
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/IASMSC**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/IASMSC
<b>Title</b>	Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas Santa Catarina do Monte Sinai
<b>Date range</b>	1748 - 1748
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas Santa Catarina do Monte Sinai
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/IASPAB**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/IASPAB
<b>Title</b>	Irmandade das Almas de São Pedro de Almargem do Bispo

**Date range** 1734-10-03 - 1734-10-03  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade das Almas de São Pedro de Almargem do Bispo  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

#### **PT/AMSNT/IASPS**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/IASPS  
**Title** Irmandade das Almas de São Pedro de Penaferrim de Sintra  
**Date range** 1722-01-03 - 1722-01-03  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade das Almas de São Pedro de Sintra  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

#### **PT/AMSNT/IENSCU**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/IENSCU  
**Title** Irmandade da Ermida de Nossa Senhora da Conceição da Ulgueira  
**Date range** 1769-11-24 - 1886-12-26  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade da Ermida de Nossa Senhora da Conceição da Ulgueira  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

#### **PT/AMSNT/INSCA**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/INSCA  
**Title** Irmandade de Nossa Senhora da Consolação da Aqualva  
**Date range** 1594-11-03 - 1911-12-03  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade de Nossa Senhora da Consolação da Aqualva  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

#### **PT/AMSNT/ISASM**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/ISASM  
**Title** Irmandade de Santo André e Almas da Freguesia de São Martinho de Sintra  
**Date range** 1804-06-12 - 1892-08-02  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra



**Producer** Irmandade de Santo André e Almas da Freguesia de São Martinho de Sintra  
**Access restrictions** Comunicável.  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

### PT/AMSNT/ISSB

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/ISSB  
**Title** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Belas  
**Date range** 1860-04-04 - 1888-04-09  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Belas  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

### PT/AMSNT/ISSISM

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/ISSISM  
**Title** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Martinho  
**Date range** 1726-07-14 - 1726-07-14  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Martinho  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

### PT/AMSNT/ISSNSBRM

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/ISSNSBRM  
**Title** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Rio de Mouro  
**Date range** 1923-07-16 - 1934-06-20  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Rio de Mouro  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

### PT/AMSNT/ISSNSCIN

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/ISSNSCIN  
**Title** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Igreja a Nova.  
**Date range** 1749-01-29 - 1749-01-29  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Igreja a Nova  
**Access restrictions** Comunicável.

**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/ISSSM**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/ISSSM  
**Title** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santa Maria  
**Date range** 1887-07-01 - 1914-12-31  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santa Maria  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/ISST**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/ISST  
**Title** Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Degolado da Terragem  
**Date range** 1687-09-27 - 1885-01-08  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Irmandade do Santíssimo Sacramento da Terragem  
**Language of the material** Português

**PT/AMSNT/JACA**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/JACA  
**Title** José Alfredo da Costa Azevedo  
**Dimension and support** 34 Cx.; papel  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Biography or history** José Alfredo da Costa Azevedo nasceu em Sintra, em 8 de Dezembro de 1907 no edifício da atual pastelaria Piriquita. Muito cedo iniciou-se na pintura e no desenho, produzindo proficuamente em óleo, aguarela e carvão. Mencionar o nome do historiógrafo sintrense José Alfredo da Costa Azevedo é constatar que era um homem de Sintra, que, amou a sua terra, a ela devotou todas as energias de estudioso sensível e de homem comprometido com ideais. José Alfredo era o homem, o intelectual, o artista, o político e o resistente. Foi igualmente maçom, a partir de 1929, na Loja Luz do Sol, Grande Oriente Lusitano Unido. No início dos anos 30 que inicia a sua colaboração no Jornal de Sintra, com artigos de índole cultural e também de intervenção cívica. Após o 25 de Abril de 1974, precisamente a 14 de Junho foi aclamado como presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sintra. Demitiu-se em Fevereiro de 1976. Afastado da política ativa, dedica-se então ao de jornalismo histórico-cultural e é no Palácio Valenças, nos anos oitenta, sede da Biblioteca Municipal e do Arquivo Histórico de Sintra, (Serviços culturais), que reuniu a documentação com que compunha depois as suas crónicas. Nelas, o património natural da grande Serra, das fontes refrescantes, dos palacetes e quintas, das suas igrejas, dos núcleos de arquitetura saloia, de tudo isso falou José Alfredo, extasiado com essa comunhão ímpar entre o meio ambiente e a clara realidade dos agregados urbanos (Vila Velha e Estefânia) caracterizados por quase nove séculos de história humana. Estas crónicas, hoje publicadas, são uma constante de informação para qualquer estudioso de Sintra. Foi verdadeiro agente cultural. Por isso, foi galardoado em 1980 com a Medalha de Ouro do Concelho e, até ao seu falecimento, em 3 de dezembro de 1991, aos oitenta e três anos intensamente vividos, continuou a pugnar pela dignificação de Sintra, pela sua salvaguarda, pelo conhecimento cultural do seu espaço. Foi novamente galardoado em 2002.

<b>Custodial history</b>	Em 29 de Janeiro de 1997, na sequência do falecimento do escritor José Alfredo da Costa Azevedo, a sua viúva, Sr. <sup>a</sup> D. Maria de Lurdes Duarte Torres Azevedo, executando anterior vontade do marido, legou, por seu testamento, à Câmara Municipal de Sintra, na posse e à guarda do Arquivo Histórico 114 peças, entre esboços, desenhos, aguarelas, óleos, gravuras, medalhas, moedas, certificados, uma caneta e uma caderneta militar. Deu também entrada documentação diversa.
<b>Acquisition information</b>	Doação.
<b>Scope and content</b>	Além de esboços, desenhos, aguarelas, óleos, gravuras, medalhas, moedas, certificados, maçônicos, uma caneta e uma caderneta militar, existe correspondência particular, expedida e recebida; documentação económica e documentação de divulgação publicitária.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/JMSM**

<b>Description level</b>	CL
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/JMSM
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	João Martins da Silva Marques
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	João Martins da Silva Marques
<b>Biography or history</b>	João Martins da Silva Marques nasceu em 1894, no Redondo. Após a licenciatura em direito concluiu, também, o curso Superior de Bibliotecário Arquivista instituído pelo decreto de 29 de Dezembro de 1887 que criou a Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos Públicos. Colaborou, num primeiro período, enquanto primeiro conservador do quadro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, num segundo momento, a partir de 1951, ocupou o cargo de diretor daquela instituição até 24 de Março de 1960, data da sua aposentação. Decorria o ano de 1935 quando publicou um estudo intitulado Arquivo Nacional da Torre do Tombo: ensaio de um manual de heurística e arquivologia. Index indicum onde referencia instrumentos de descrição documental relativos a informação existente em alguns fundos existentes no Arquivo Nacional. Durante a sua vida académica foi docente da cadeira de paleografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Compilou, prefaciou e publicou fontes para a História dos Descobrimientos portugueses. Esta apetência para recolher e compilar documentos subordinados a determinadas temáticas traduziu-se, também, no espólio que legou e que hoje podemos consultar no Arquivo Histórico de Sintra. João Martins da Silva Marques faleceu em 1978.
<b>Scope and content</b>	Arquivo pessoal constituído por cópias dactilografadas de documentos da Torre do Tombo sobre Sintra e o seu Concelho, existentes em fundos e colecções da Torre do Tombo, como Corpo Cronológico, Gavetas, Leis, Bulas, Cartas dos Vice-Reis, Chancelarias Régias, Memórias Paroquiais, Desembargo do Paço, Casa do Infantado, Conselho Geral do Santo Ofício, Cartórios Notariais, e de diversas instituições religiosas.
<b>Arrangement</b>	Documentação organizada segundo critérios temáticos e cronológicos atribuídos pelo produtor.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/LAF**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/LAF
<b>Title type</b>	Atribuído
<b>Title</b>	Casa Lafetá
<b>Date range</b>	1541-04-07 - 1698-12
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Casa Lafetá

**Biography or history**

Família de origem italiana, da cidade de Cremona, ducado de Milão, fixou-se em Lisboa, no final do século XV através de João Francisco Lafear, nome que viria a ser aporuguesado para Lafeté. Dedicou-se ao comércio de produtos provenientes da Índia para o norte da Europa. Em 1502 armou uma das naus que participou na segunda armada de Vasco da Gama. No reinado de D. Manuel, os Lafear partilharam com outra família italiana o monopólio da venda de especiarias nos Países Baixos. Já no reinado de D. João III foi agraciado com a categoria de fidalgo. De Dona Maria Gonçalves teve um filho, Cosmo de Lafeté, que foi o primeiro dono da Quinta do Cosmo, edificada em 1556 em Galamares. Este desempenhou alguns cargos na Índia como o de capitão-mor no cerco de Chaul, em 1571. Do casamento com Dona Joana de Noronha nasceu Cosmo de Lafeté que em 1598 partiu para Oriente comandando a nau S. Simão. Nesse ano foram-lhe, também, concedidas as capitânicas de Sofala e Diu. De acordo com José Alfredo da Costa Azevedo houve uma relação entre esta família e os Condes de Soure, que usaram o apelido Sousa a partir do terceiro conde e mantiveram a posse da Quinta em Sintra até ao século XIX. Por seu turno, o sétimo conde, nascido em 1798, usou o nome de Henrique José da Costa Carvalho Patalim Sousa e Lafeté.

**Access restrictions**

Comunicável.

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/LP****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/LP

**Title**

Lino Paulo

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/MM****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/MM

**Title type**

Atribuído

**Title**

Marqueses de Marialva

**Date range**

1656-07-01 - 1845-07-10

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer**

Marqueses de Marialva.

**Biography or history**

O primeiro marquês de Marialva e 3.º conde de Cantanhede, foi um fidalgo militar que se destacou na guerra para a restauração da independência de 1640 sendo, inclusivamente, nomeado coronel no próprio dia da aclamação do rei D. João IV em 1 de Dezembro daquele ano. Os seus feitos militares prolongaram-se por mais 28 anos, na manutenção da defesa de algumas praças fortes alentejanas, até à assinatura do tratado de Lisboa em 13 de fevereiro de 1668 onde se reconhece a restauração da independência de Portugal. Pelo contributo que deu para a independência do reino chamavam-lhe o libertador da pátria recebendo algumas mercês de entre as quais o título de marquês de Marialva, por decreto de 11 de Junho de 1661. Em 1662 perante o constante perigo de novas incursões do exército castelhano foi nomeado, pela rainha regente Dona Luísa de Gusmão, Governador das Armas do Exército na Província do Alentejo onde se destacou na defesa das linhas de Elvas e na batalha de Montes Claros. O 2.º Marquês de Marialva foi D. António de Meneses título que passou para D. Joaquina Maria da Conceição Meneses. O 4.º Marquês foi D. Pedro José de Alcântara de Meneses Noronha Coutinho. A história desta família cruza-se com a História de Sintra quando, cerca de 1800, D. Diogo José Vito de Menezes Noronha Coutinho, 5.º marquês de Marialva, estribeiro mor do reino, adquiriu a Quinta da Alegria e o palácio de Seteais a Joanna de Goran, viúva do cônsul holandês Daniel Gildmeester que edificou a Quinta da Alegria e a ala poente do palácio de Seteais. Ao 5.º marquês de Marialva coube a responsabilidade de construir a ala nascente e do arco triunfal que une os dois corpos. A casa de Marialva viria a ser extinta em 1823 com a morte do 6.º marquês, D. Pedro José vito Meneses Coutinho. Ao longo da sua carreira militar destacam-se algumas funções desempenhadas como a sua nomeação para ajudante de campo do Duque de Lafões em 1786 ou o cargo de Diretor do Arquivo militar para a conservação de cartas militares, geográficas e marítimas para o qual foi designado em 1802. Ocupou, também o cargo de embaixador em Paris onde viria a falecer, solteiro e sem descendência, a 22 de novembro de 1823. O palácio de Seteais, no entanto, manteve-se na posse de um membro da família até 1846 pois, esta propriedade coube em partilhas a D. Joaquina de Meneses, filha do 5.º Marquês, que faleceu, também sem descendência ou ascendência. Na posse das propriedades em Sintra, sucedeu-lhe um sobrinho, D. Nuno José Severo Rolim de Moura Barreto, 1.º Duque de Loulé.

<b>Arrangement</b>	Fundo organizado em 4 secções com 13 séries documentais ordenadas de acordo com o critério cronológico.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo online.

**PT/AMSNT/MPL**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/MPL
<b>Title</b>	Mosteiro da Penha Longa
<b>Date range</b>	1625-01-28 - 1836
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Mosteiro da Penha Longa

**Biography or history**

O Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde da Penha Longa fora uma circunscrição administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem monástica de São Jerónimo, localizada no sítio homónimo da Serra de Sintra e funcionalmente existente entre c. 1355 e 1834.

Este Mosteiro fora fundado c. 1355 pelo Padre Frei Vasques Martins de Leiria, membro familiar da Casa dos Condes de Santa Cruz e discípulo do fundador italiano daquele instituto de vida consagrada com inspiração franciscana terceira, Frei Tommasucchio da Foligno de Siena, tendo sido o seu primeiro núcleo pioneiro em Portugal, a partir de uma primitiva Ermida de Nossa Senhora da Piedade, desde 1383.

Posteriormente, em 1372, o Papa Gregório XI, através da sua Bula particular *Salvator humanis generi*, ordena à congregação eremítica embrionária estabelecida na Penha Longa que professe sob a Regra canónica de Santo Agostinho, com vista à sua integração na Ordem de São Jerónimo, fundando a sua subsequente presença organizada na Península Ibérica, reunindo a jurisdição territorial dos Reinos de Castela, Aragão e Portugal.

Em 1390, o Rei D. João I, por consequência estimulada da aprovação papal, patrocina a aquisição patrimonial do sítio do Penedo dos Ovos, com vista à edificação do monumento conventual, e, em 1400, o Procurador comunitário Frei Fernando Eanes regressa investido como Prior instalador da profissão monástica, após uma ligeira demora ocorrida na conclusão do processo de confirmação apostólica e devida a vicissitudes político religiosas do Grande Cisma do Ocidente.

Em Carta Régia de D. João I, emitida em 25 de Janeiro de 1431, e confirmada por D. Afonso V em 1439, refere-se dever-se a primeira edificação monástica à Infanta D. Isabel, Duquesa de Borgonha, durante a primeira metade do séc. XV, prosseguindo ao longo do tempo com diversas campanhas de obras ou empreitadas, durante este último reinado e incomprovadamente atribuídas a cargo do arquitecto régio Mestre Gil de Sousa.

Face à intransigência nacionalista da Dinastia de Avis, a Ordem de São Jerónimo independentiza-se em Portugal face à jurisdição castelhana, por Bula pontificia do Papa Nicolau V de 1448, tornando-se o Mosteiro da Penha Longa a sede portuguesa da Ordem até 1517, com sucessiva proeminência hegemónica de Santa Maria de Belém.

Pouco antes, em 1439, o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Regente do Reino, instrui D. Afonso, Senhor de Cascais, para delimitar a cerca do couro conventual (posteriormente confirmada pelos Reis D. Filipe II em 1598, D. Filipe III, D. José, D. Maria I e D. Pedro IV). Contando sempre com o apoio expresso dos Alcaldes-Mor de Sintra (das famílias Távora e Ribafria), o Mosteiro teve os seus Estatutos aprovados em 1466.

Posteriormente, o Rei D. Manuel I enceta um novo ciclo na vida conventual do Mosteiro da Penha Longa, realizando várias empreitadas de ampliação arquitectónica (em 1503, 1511 e 1519), mandando ainda construir uma residência régia para albergar a frequente presença ocasional da Corte, o que gera a instituição de um significativo foco cultural especializado no ensino científico e de gramáticos a leigos jovens e noviços.

Inicialmente consagrada sob a protecção espiritual do orago de Nossa Senhora da Vitória em finais do séc. XIV (em memória do triunfo português no conflito ibérico da Batalha Real dita de Aljubarrota), a igreja conventual muda a sua invocação para a de Nossa Senhora da Saúde, em 1569, em virtude da cura miraculosa de doentes pestíferos acolhidos aqui, evadidos de Lisboa e inoculados aquando do desembarque de tripulações chegadas da Índia.

Tradicionalmente, a imagem da padroeira fora doada por Rui de Ataíde, Capitão de Malaca, e transportada na frota naval comandada por Vasco da Gama no regresso da sua primeira viagem à Índia, tendo sido zelada na Igreja Paroquial de S. Pedro de Penaferrim, entre 1834 e 1860, pelo seu Prior e antigo monge jeronimita do Mosteiro da Penha Longa de Sintra, Frei Bernardo Pereira do Vale.

Nas épocas moderna e contemporânea, devem ainda destacar-se a presença patrimonial interventiva do Cardeal Pompeu Zambicário, Arcebispo de Sulmona e Conde Quaranta, Nuncio Apostólico do Papa Júlio III junto da Coroa Portuguesa entre 1550 e 1561, bem como, finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834, entregando-se subsequentemente o edifício imóvel conventual e o seu inerente recheio inventariado ao Juiz de Fora e do Cível em Sintra (para ulterior leilão em hasta pública) e a Igreja à Paróquia de S. Pedro de Penaferrim.

**Access restrictions**

Comunicável

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/OG****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/OG

<b>Title type</b>	Atribuído
<b>Title</b>	Oliva Guerra
<b>Date range</b>	1916-06-18 - 1971-11
<b>Accumulation dates</b>	1832-03-14 a 1971-11
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Oliva Guerra
<b>Biography or history</b>	<p>Oliva Correia de Almada Meneses Guerra, nascida em Sintra, e em cuja obra como poetisa, musicóloga e cronista pretendeu não só contribuir para a vida cultural do concelho de Sintra, mas também divulgá-lo além-fronteiras. Das suas atividades destaca-se o seu empenho como presidente do conselho diretor do Instituto de Sintra, que à época em conjunto com a Câmara Municipal de Sintra era responsável pela dinamização cultural do concelho, revelando novos escritores, pintores e poetas.</p> <p>Da sua vasta bibliografia, sobre Sintra assinalam-se as publicações "Passos ao Longe" e "Roteiro Lírico de Sintra", bem como a sua atividade de cronista em jornais como o Diário de Lisboa e Diário Popular. Conviveu com personalidades locais como a Condessa do Cadaval, o compositor Viana da Mota, o médico, escritor e político Júlio Dantas e o poeta Nunes Claro, entre outros grandes nomes da sociedade, da política e da cultura portuguesa e europeia da época.</p> <p>Oliva Guerra nasceu em Sintra em 1891, onde faleceu em 1982.</p>
<b>Arrangement</b>	Ordenação cronológica.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/PRQ/PSNT06**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/PRQ/PSNT06
<b>Title</b>	Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Montelavar
<b>Date range</b>	1784-08-25 - 1844-08-10
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Montelavar
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/PRQ/PSNT09**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/PRQ/PSNT09
<b>Title</b>	Paróquia de Santa Maria e São Miguel de Sintra
<b>Date range</b>	1521-07-29 - 1886-09-23
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Paróquia de Santa Maria e São Miguel de Sintra

**Biography or history**

A Igreja Paroquial de São Miguel do Arrabalde é uma circunscrição administrativa eclesiástica secular, fundada c. 1147-1154, pelo Rei D. Afonso Henriques, na sequência da reconquista territorial cristã ao domínio militar islâmico, distante uma légua a Norte de Sintra e a Sul de Mafra, e confinante com as de Santa Maria do Arrabalde e Montelavar.

A Paróquia era encabeçada por um Presbítero como Prior, apresentado pela Rainha, em 1758, integrando ainda então as Confrarias do Santíssimo Sacramento, de São João Baptista, do Espírito Santo, das Almas, de Nossa Senhora da Saúde, de Nossa Senhora do Rosário, de Santo António e de São Sebastião - exprimindo assim uma inerente efervescência de actividade devocional e assistencial.

No reinado de D. Afonso III, ocorrendo graves contestações administrativas e fiscais entre os Piores das quatro primitivas Freguesias de São Miguel e Santa Maria do Arrabalde, São Martinho de Sintra e São Pedro de Penaferrim, concertou-se, já só em 1283, uma escritura alusiva aos respetivos limites paroquiais, cabendo à primeira a jurisdição até às distantes Ermidas de São Romão de Lourel, Santa Eufémia da Serra e São Saturnino, além da de São Miguel de Odrinhas - exprimindo assim uma inerente efervescência de actividade devocional e assistencial.

Posteriormente, o Prior Diogo Álvares, Capelão da Rainha D. Isabel, mulher do Rei D. Afonso V, por devoção a São João Evangelista, incentivou os Reis a doar a Paróquia de São Miguel de Sintra ao então recém-fundado Mosteiro de Xabregas, recolhendo aí aquele até morrer em 1484. Tendo esta doação ocorrido em 1456 e sido subsequentemente confirmada por D. João II em 20 de Abril de 1482, a respetiva congregação monástica tentou nomear um Vigário e fora impedida pela Rainha D. Leonor, como Senhora de Sintra e cabendo-lhe a apresentação do respetivo Prior. Demorando-se processualmente esta demanda por três anos e concertando-se em 22 de Junho de 1487, a administração conventual interina da Freguesia transferiu o seu primitivo cartório documental medieval para Lisboa.

Mais tarde, o Prior Diogo de Sousa fora nomeado segundo Deão da Capela Real e Bispo do Porto pelo Rei D. João II em 1477, tendo antes sido Capelão-mor da Rainha D. Maria por provimento do Rei D. Manuel I. Subsequentemente, o Prior D. João Lopo, também Prior de Santa Maria do Arrabalde e depois Bispo de Tanger, beneficiou a igreja com uma campanha de obras e mandou forrar o teto de madeira de cedro com o brasão de armas da Rainha, mediante mercê.

Em 1510, sendo o Padre João Lobo Prior e Vigário das Igrejas Paroquiais de Santa Maria e de São Miguel, ocorreu um grave contencioso judicial com o Convento trinitário do Arrabalde (então representado pelos Padres Frei Diego, Provincial da Ordem da Santíssima Trindade, e Frei Fernando de Matos, Ministro conventual), que pretendia capacidade de tanger sino às horas canónicas dos ofícios litúrgicos, concorrendo com aqueles templos matrizes, deliberando depois e sentenciando definitivamente o Doutor João Gil, Chantre da Sé Catedral de Lisboa, Cirurgião-Mor e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, a favor da comunidade monástica e recorrida depois junto da Cúria Romana sem decisão ulterior, mas com recíproca aceitação reconciliante.

Antes de 1838, esta Paróquia já se encontrava incorporada na de Santa Maria do Arrabalde, não existindo por isso qualquer recenseamento estatístico geo-demográfico disponível, sendo apenas mencionada nas Memórias Paroquiais de 1758, como ficando o templo da Freguesia irremediavelmente danificado.

Contudo, em 1838, encontravam-se recenseados 30 fogos ou vizinhos com 162 habitantes, distribuídos pelas localidades de Campo Raso, Casal da Serra, Courel, Pedregueira, Penalva, Quinta de Boialvo, Quinta da Portela, Ral, sendo a Paróquia efetivamente extinta em 1860.

**Access restrictions**

Comunicável.

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/PRQ/PSNT10****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/PRQ/PSNT10

**Title**

Paróquia de São João Baptista de São João das Lampas

**Date range**

1557-08-16 - 1896-09-03

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer**

Paróquia de São João Baptista de São João das Lampas



**Biography or history**

A Igreja Paroquial de São João das Lampas é uma circunscrição administrativa eclesiástica secular, fundada c. 1539-1550, distante uma légua a Norte de Sintra e a Sul de Mafra, e designando-se São João dos Porqueiros desde, pelo menos, o primeiro quartel do séc. XV até 1600.

A Paróquia era encabeçada por um Presbítero como Vigário, apresentado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e auferindo 6666\$000, em 1758, dos Cônegos diocesanos e 1\$313 da Igreja Paroquial de São Martinho de Sintra, e auxiliado por um Coadjutor auferindo um quarto daqueles rendimentos.

Integrava ainda então um Hospital de assistência social e terapêutica, auferindo um rendimento de 4\$540 por disposição testamentária de manutenção predial, bem como, entre o último quartel do séc. XVIII e a primeira metade do séc. XIX, as Confrarias de São Sebastião, de Nossa Senhora da Saúde, do Santíssimo Sacramento, do Santíssimo Nome de Jesus, do Santíssimo Rosário, de Santo António, das Almas e do Divino Espírito Santo, além das Ermidas do Divino Espírito Santo, de São Miguel de Odrinhas na Barreira, de Santa Susana, de Nossa Senhora da Consolação na Assafora, de Nossa Senhora da Penha de França em Casal de Pianos, de Nossa Senhora da Esperança em Fontanelas, de Nossa Senhora do Ó na Pernigem - exprimindo assim uma inerente efervescência de actividade devocional e assistencial.

Mais tarde, segundo o recenseamento paroquial de 1758, compunha-se de 465 fogos ou vizinhos com 2081 habitantes, distribuídos pelas localidades de São João das Lampas, Bolelas, Conselho, Monterroio, Odrinhas, Barreira, São Miguel, Alvarinhos, Moreira, A-do-Longo, Almogrove, Casal, Areias, Casal do Ventoso, Casal da Laje, Casal de Pero Leite de Além, Pero Leite, Casal da Corredoura, Cabeça, Mouxeira, Serrados, Arneiro da Reganha, Seixal, Palheiros, Charneca, Casal do Zambujal, Assafora, Cortesia, Catravana, Samarra, Coval, Casal de Pianos, Tojeira, Moncerabia, Magoito, Bolembre, Arneiro de Marinheiros, Casal de A-dos-Eis, Quinta da Regateira, Fontanelas, Gouveia, Pernigem, Casal da Carrecaria, Casal da Junqueira, Casal de Aldeia Galega, Chilreira, Codiceira, Alfaquiques, Rudicães, Sacário.

Posteriormente, em 1838, encontravam-se recenseados 715 fogos ou vizinhos com 3300 habitantes, distribuídos pelas localidades de São João das Lampas, Bolelas, Monte Arroio, Odrinhas, Barreira, Alvarinhos, Amoreira, Almagreira, areias, Alfaquiques, Jacaré, Pero Leite, Cabeça, Tojal, Mouxeira, Areeiro da Arreganha, Seixal, A-dos-Palheiros, Assafora, Cortesia, Catribana, Arneiro dos Marinheiros, Casal de Pianos, Tojeira, Magoito, Bolembre, Fontanelas, Gouveia, Pernigem, Aldeia Galega, Chilreira e Codiceira.

**Access restrictions**

Comunicável

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**PT/AMSNT/PSNT05****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/PSNT05

**Title type**

Formal

**Title**

Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Colares

**Date range**

1726-08-12 - 1875

**Dimension and support**

19 liv.; papel

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer**

Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Colares

**Biography or history**

A Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Colares, inicialmente designada por Nossa Senhora da Misericórdia de Colares, foi criada na segunda metade do século XVI e foi a única durante toda a existência do município de Colares. Até ao século XVI Sintra e o seu termo encontrava-se dividido apenas em 3 paróquias de origem medieval, São Pedro de Penaferrim, São Martinho e Santa Maria e São Miguel. Neste contexto, os aglomerados populacionais das zonas rurais mais distantes começaram a insurgir-se contra a distância a que se localizava a sua sede de paróquia para aceder aos ofícios sobretudo no inverno quando as barreiras naturais acrescentavam ainda mais dificuldades aos percursos que era necessário transpor. Por outro lado, as paróquias assumiam um papel ativo importante na vida civil junto das populações. Assim, durante o século XVI foram instituídas paróquias como a de São João Degolado da Terrugem e a de São João Batista de São João das Lampas. No caso de Colares a criação da paróquia de Nossa Senhora da Misericórdia foi um processo ainda mais natural na medida em que existia um concelho cujo território, do ponto de vista eclesiástico, dependia da paróquia de São Martinho. Por influência da família Melo e Castro, no século XVII, a designação da Paróquia transitou para Paróquia de Nossa Senhora da Assunção.

Tratava-se de uma circunscrição administrativa eclesiástica secular que segundo o recenseamento abrangendo o período cronológico de 1620-1640, compunha-se de 240 fogos ou vizinhos, distribuídos pelas localidades de Penedo, Boca da Mata, Gouxia, Vinagre, Azenhas do Mar e Covão.

Mais tarde, segundo o recenseamento paroquial de 1758, compunha-se de 400 fogos ou vizinhos com 1700 habitantes, distribuídos pelas localidades de Colares, Azenhas do Mar, Mucifal, Vinagre, Gouria, Gigarós, Penedo, Boca da Mata, Alto, Pé da Serra, Casas Novas, Almoçageme, Ulgueira, Atalaia e Azóia. Integrava ainda então as Ermidas de Santo António da Volta na Gouria, de Nossa Senhora da Ajuda na Quinta do Sítio da Sarrazola, de Nossa Senhora de Milides na Quinta homónima, de Nossa Senhora da Penha de França na Boca da Mata, de Santo António no Penedo, de Nossa Senhora da Penha de França na Quinta do Pé da Serra, de Santo André em Almoçageme, e de Nossa Senhora da Conceição na Ulgueira - exprimindo assim uma inerente efervescência de actividade devocional e assistencial. Posteriormente, em 1838, encontravam-se recenseados 565 fogos com 1744 habitantes, distribuídos pelas localidades de Almoçageme, Ulgueira, Atalaia, Azóia, Colares, Quinta do Conde, Sarrazola, Pedra Firme, Covão, Bulhocos, Morrassal, Celas, Moufal, Vinagre, Eugaria, Volta, Rio do Milho, Gigarós, Boca da Mata, Penedo, Casas Novas, Santo André, Azenhas do Mar, Rodízio, Roca.

**Arrangement**

Ordenação segundo o critério cronológico.

**Access restrictions**

Comunicável

**Conditions governing use**

Sujeito à tabela emolumentar em vigor.

**Language of the material**

Português

**Other finding aid**

Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/PSNT11****Description level**

F

**Reference code**

PT/AMSNT/PSNT11

**Title**

Paróquia de São Martinho de Sintra

**Date range**

1699-10-06 - 1808-02-26

**Holding entity**

Arquivo Municipal de Sintra

**Producer**

Paróquia de São Martinho de Sintra

**Biography or history**

A Igreja Paroquial de São Martinho de Sintra é uma circunscrição administrativa eclesiástica secular, fundada em 1147-1154, pelo Rei D. Afonso Henriques, na sequência da reconquista territorial cristã ao domínio militar islâmico, recebendo estatutos em 1283 e aprovados em 1306, confinando, até ao séc. XX, com as homólogas de São Miguel do Arrabalde, Santa Maria do Arrabalde, São João das Lampas, São João Degolado da Terrugem e Nossa Senhora da Assunção de Colares.

A Paróquia era encabeçada por um Presbítero como Prior, apresentado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e auferindo 300\$000, com mais cinco Beneficiados auferindo cada um 120\$000, em 1758, sendo os Cónegos diocesanos seus fabriqueiros e auferindo 5/6 dos seus rendimentos. Sendo a sede da Real Colegiada de São Martinho, deteve patrimonialmente as Ermidas de São Romão do Lourel e de São Mamede de Janas, recebendo o templo matriz campanhas de obras de beneficiação no reinado de D. Manuel I e logo após o terramoto de 1755 e até 1773.

Mais tarde, segundo o recenseamento paroquial de 1758, compunha-se de 309 fogos ou vizinhos com 1183 habitantes, distribuídos pelas localidades de Ribeira, Cabriz, Várzea de Cima, Várzea de Baixo, Carrascal, Morelino, Nafarros, Luzio, Zibreira, Janas, Galamares, Casalinho, Casal da Granja de Cima, Granja de Baixo, Meiranás, Torre, Condado e quintas.

Posteriormente, em 1838, encontravam-se recenseados 356 fogos ou vizinhos com 1800 habitantes, distribuídos pelas localidades de Ribeira, Cabriz, Várzea de Cima, Meiraner, Mata do Paço, As Granjas, Várzea de Baixo, Figueirinha, Carrascal, Morelino, Janas, Zibreira, Nafarros, Galamares, e Quintas do Casalinho, da Piedade e da Penha Verde.

<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

## PT/AMSNT/RMNSP

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/RMNSP
<b>Title</b>	Real Mosteiro de Nossa Senhora da Pena
<b>Date range</b>	1735-04-13 - 1835-03-06
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Real Mosteiro de Nossa Senhora da Pena
<b>Biography or history</b>	<p>O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena da Serra de Sintra fora uma circunscrição administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem monástica de São Jerónimo, localizada no sítio homónimo da Serra de Sintra e funcionalmente existente entre c. 1511 e 1834.</p> <p>Este Mosteiro fora fundado sobre uma primitiva Ermida de Nossa Senhora da Penha, edificada cerca de 1372 por D. Henrique Manuel de Vilhena, Conde de Seia e Sintra e tio do Rei D. Fernando I, em consequência da descoberta local de uma reputada imagem milagrosa daquela invocação por uma pastora no séc. XII.</p> <p>Segundo uma memória registada no séc. XIV, os Piores da Igreja Paroquial de Santa Maria de Sintra iam todos os sábados celebrar a liturgia eucarística a esta Ermida, e, entre 30 de Setembro e 10 de Outubro de 1493, o Rei D. João II e a Rainha D. Leonor deslocaram-se aí com uma comitiva em peregrinação de cumprimento votivo, terapêutica e de luto pelo falecimento do Príncipe D. Afonso, rezando uma novena em recolhimento quase solitário (segundo o relato cronístico de Garcia de Resende), tendo já o templo possivelmente sido alvo de uma campanha de obras conduzida pelo Arquitecto Contucci Sansovino, vindo a Portugal em 1481 por solicitação régia ao Grão-Duque da Toscânia Lourenço Médicis o Velho.</p> <p>Posteriormente, o Rei D. Manuel I, bastante afeiçoado ao local, caçava aí um veado branco na coutada da serra, em 10 de Novembro de 1503, quando avistou e reconheceu a chegada a Cascais da frota de nove embarcações comandada por Vasco da Gama, que enviou no ano anterior com 15 à Índia (entretanto celebrando tratados comerciais e de paz com alguns régulos, combatido outros e submetido o de Quíloa como tributário de Portugal).</p> <p>Consequentemente, o Rei erige e enriquece, em acção de graças a Nossa Senhora da Pena, um Mosteiro definitivo nesse mesmo local, sob planta atribuída à autoria de Mestre Diogo Boitaca, cortando e detonando a Penha original numa planície de 80 pés de terraplanagem, levantando depois uma estrutura efémera de madeira em 1503 e depois perenizada em cantaria e abobadada desde 1511.</p> <p>Assim, e por Carta Régia de 24 de Julho de 1511, custou esta obra mais de 30000 cruzados, albergando 18 monges, entre os quais Frei Ambrósio, Frei António do Turcifal, Frei Álvaro de Estremoz, Frei Diogo Tisnado, Frei João de Évora e o Prior Frei Simão de Castro. Logo de imediato, o Rei D. Manuel I concedera privilégios ao barbeiro, ao procurador e ao sapateiro conventuais, por Carta Régia de 7 de Outubro de 1512, tendo-se ulteriormente realizado um seu primeiro inventário patrimonial em 31 de Agosto de 1514.</p> <p>A edificação do novo mosteiro contou ainda com o tributo directo de jóias e alfaias litúrgicas ofertadas pelo monarca, pelas Rainhas D. Maria e D. Catarina, tornando-se um santuário de peregrinação com a presença participante de círios itinerantes provenientes de Lisboa, Ericeira, Belém, Lumiar, entre outros.</p> <p>No percurso histórico do seu património artístico, destaca-se ainda particularmente o retábulo de alabastro da autoria de Nicolau de Chanterene e ofertado pelo Rei D. João III (por ocasião do nascimento do Príncipe D. Manuel), o azulejamento parietal ordenado pelo Rei D. Filipe II em 1619 (aquando da sua visita régia a Portugal) e a realização de obras de requalificação motivadas pela queda de um raio em 1743 e realizadas pela intervenção votiva do Rei D. João V.</p> <p>Pelo seu isolamento geo-topográfico, o Mosteiro jeronimita da Pena de Sintra terá provavelmente funcionado como penitenciária disciplinar de outras casas conventuais da mesma Ordem monástica, sendo ainda alvo de duas romarias anuais no Pentecostes e no último fim-de-semana mensal de Agosto (comemorativo litúrgico-hagiográfico da invocação do seu orago mariano).</p> <p>Finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834 determina a entrega subsequente do edifício imóvel conventual e do seu inerente recheio inventariado ao Juiz de Fora e do Cível em Sintra (para ulterior leilão em hasta pública) e a Igreja à Paróquia de S. Pedro de Penaferrim.</p>

<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
----------------------------	--------------

**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

## PT/AMSNT/SARC

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/SARC  
**Title type** Formal  
**Title** Sindicato Agrícola da Região de Colares  
**Date range** 1930-02-02 - 1934-01-02  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Sindicato Agrícola da Região de Colares  
**Biography or history** O Sindicato Agrícola da região de colares foi constituído no 2 de fevereiro de 1930. Tratava-se de uma entidade composta por agricultores que resolveram associar-se para desenvolver a agricultura da região de Colares. De acordo com o artigo 1.º dos seus estatutos, foi uma associação local de agricultura, sob a forma legal de sindicalização que exerceu a sua atividade na região demarcada de Colares pelo decreto de 25 de maio de 1910. De acordo com o artigo 3.º, entre outros, tinha os seguintes objetivos:  
 Promover o progresso da viticultura, vinicultura e pomicultura;  
 Desenvolver os conhecimentos de moderna técnica agrícola, estabelecendo bibliotecas, cursos móveis e conferências;  
 Facultar e favorecer aos sócios a aquisição de máquinas agrícolas, adubos, sementes, plantas e todas as substâncias indispensáveis para o tratamento das culturas, nas melhores condições de preços e qualidades;  
 Procurar mercados para os produtos agrícolas dos sócios e facilitar as relações comerciais entre estes e os compradores nacionais e estrangeiros;  
 Zelar pela pureza e genuidade da maior riqueza da região: O vinho de Colares;  
 Constituir nos termos da lei, com estatutos e fundos especiais, a Adega Social e Regional de Colares.  
 O Sindicato Agrícola da Região de Colares foi extinto em 5 de dezembro de 1936, por despacho do Ministro da Agricultura. No entanto, apesar da sua curta duração, revelou-se extremamente importante na defesa do vinho de Colares e na constituição da Adega Regional, em 1931, que perdurou até aos nossos dias como a cooperativa mais antiga de Portugal.

**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português

## PT/AMSNT/SFA

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/SFA  
**Title type** Formal  
**Title** Sociedade Filarmónica "Os Aliados"  
**Date range** 1941-08 - 1992-01  
**Dimension and support** 12 cartazes; papel  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Sociedade Filarmónica "Os Aliados"  
**Biography or history** A Sociedade Filarmónica "Os Aliados" foi fundada em 12 de junho de 1922. Constituída após uma cisão na sociedade 1.º de dezembro por alguns elementos que, após o desenvolvimento de algumas atividades culturais e festas populares, angariaram fundos para construírem a sua sede, no Largo dos Aliados, em São Pedro de Penaferrim, inaugurada em 1925. Ao longo de mais de nove décadas de existência tem realizado inúmeras atividades tais como concertos, bailes e teatro. A banda filarmónica "Os Aliados" bem como a escola de música materializam as atividades pelas quais esta sociedade mais se destaca.  
 Fundo constituído por uma série ordenada segundo o critério cronológico.  
**Arrangement**  
**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português  
**Other finding aid** Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/SMT**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SMT
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Sociedade de Melhoramentos Turísticos, Lda.
<b>Parallel title</b>	Cine Teatro Carlos Manuel
<b>Date range</b>	1943 - 1959-01-31
<b>Dimension and support</b>	916 cartazes; 32 plantas; 2 desenhos; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Sociedade de Melhoramentos Turísticos, Lda.
<b>Biography or history</b>	<p>Após a extinção da Sociedade de Turismo de Sintra, a Sociedade de Melhoramentos Turísticos, Lda. passou a gerir o Casino de Sintra e, numa época em que se conheceu franca expansão na construção de cinemas em Portugal, foi responsável pela construção do Cine Teatro Carlos Manuel em 1945. O autor do projeto foi o arquiteto Manuel Joaquim Norte Júnior.</p> <p>Representativo de um estilo modernista tardio, inclui elementos "art deco", tocando a tipológica arquitetónica praticável por toda a Europa de "teatro à italiana". Foi durante 40 anos o espaço mais emblemático para o quotidiano social e cultural sintrense. Os filmes mais atuais, as festividades e os concertos, são apenas alguns dos exemplos das atividades que marcariam memórias deste cine teatro. No incêndio de 1985, grande parte do edifício foi destruído. O palco, os bastidores, o fosso de orquestra, a plateia e grande parte do balcão arderam. Num fulminar, Sintra deixou de ter um relevante lugar de encontro da sociedade.</p> <p>Adquirido pela Câmara Municipal em 1987, foi requalificado para receber eventos culturais promovidos pela edilidade tais como o Festival de Sintra. Este emblemático edifício sintrense acolhe, desde o dia 13 de Outubro de 2001, o Centro Cultural Olga de Cadaval.</p>
<b>Arrangement</b>	Fundo constituído por quatro séries ordenadas segundo o critério cronológico.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo online.

**PT/AMSNT/SNT03**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SNT03
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Junta de Freguesia de Almargem do Bispo
<b>Date range</b>	1852-09-12 - 1854-12-23
<b>Dimension and support</b>	78 doc.; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Junta de freguesia de Almargem do Bispo
<b>Arrangement</b>	Ordenação segundo o critério cronológico.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/SNT04**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SNT04
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Junta de Freguesia de Belas
<b>Date range</b>	1842-12-18 - 1892-02-09
<b>Dimension and support</b>	15 doc.; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra

<b>Producer</b>	Junta de Freguesia de Belas
<b>Arrangement</b>	Ordenação segundo o critério cronológico.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/SNT05**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SNT05
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Junta de Freguesia de Colares
<b>Date range</b>	1814-07-18 - 1950-07-31
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Junta de Freguesia de Colares
<b>Biography or history</b>	<p>Ao longo do tempo a Igreja estruturou a sua ação estabelecendo as paróquias eclesiásticas, que na ausência, de estruturas administrativas do Estado, sobretudo nas zonas rurais, desempenharam uma função importante junto das populações designadamente, no que diz respeito, ao estado civil dos cidadãos procedendo ao registos de nascimento, assentos de casamento, registos de óbitos ou gestão de cemitérios. As paróquias civis tiveram a sua origem na organização eclesiástica do território que influenciou sobremaneira a divisão administrativa do país e, na generalidade dos casos, paróquias e freguesias coincidem nas delimitações territoriais.</p> <p>No antigo regime, o termo "freguesia" não designava um determinado território mas identificava uma comunidade de fiéis da igreja paroquial que muitas vezes eram, também, designados por "fregueses do pároco". Aliás, a designação "fregueses" deriva da aglutinação das palavras "filhos da igreja", do latim "filios ecclesiae". O termo "freguesia" surge assim etimologicamente associado expressão religiosa.</p> <p>Na sequência das reformas liberais, a carta de lei de 25 de abril de 1835 incluiu as freguesias na divisão administrativa do país, ficando então definidos os distritos, os concelhos e as freguesias. No seu art.º 6.º estabeleceu que poderia " [...] haver em cada freguesia uma junta de paróquia eleita pelos seus habitantes para administrar os interesses particulares dela".</p> <p>No entanto, só após a implementação da República foi publicada a Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, que promoveu a organização das paróquias civis distinguindo-as, claramente, das paróquias eclesiásticas apesar de assumirem o mesmo limite territorial. O art.º 146.º do referido diploma atribuiu às juntas de paróquia, de entre outras competências, deliberar sobre o seguinte: Administração dos bens e rendimentos de institutos de assistência e instrução por elas fundadas ou por particulares em benefício das paróquias; Administração dos bens e rendimentos das paróquias; Administração dos celeiros comuns; Aceitação de heranças, legados ou doações; A conveniência de serem expropriadas por utilidade pública as propriedades necessárias aos serviços ou melhoramentos paroquiais; Os contratos para execução de obras, serviços e fornecimentos de interesse paroquial; O lançamento de contribuições; Sobre empréstimos, sua doação e encargos; Sobre orçamentos, dotação de serviços e fixação das despesas paroquiais; O modo de fruição dos bens, pastos, águas e quaisquer frutos do logradouro comum e exclusivo das paróquias ou de parte delas e sobre o lançamento de taxas pelo seu uso; A plantação de arvoredo e corte de lenhas nos terrenos paroquiais; Obras de construção, reparação e conservação das propriedades paroquiais, das ruas e praças das povoações e dos caminhos vicinais, do uso das respetivas paroquiais e que não estejam classificados como estradas de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem; Construção, reparação e conservação de fontes para abastecimento dos moradores das paróquias; Sobre o estabelecimento, ampliação e administração de cemitérios nas sedes das paróquias rurais, sobre a fixação de taxas pelos enterramentos e concessão de terrenos nos mesmos cemitérios, ficando porém, ressalvados os direitos que tenham a algum cemitério, construído na sede dos concelhos;</p> <p>A Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, alterou de forma definitiva a designação de freguesia para as paróquias civis e a junta de paróquia passou a designar-se por Junta de Freguesia.</p> <p>Relativamente ao caso concreto da Junta de Freguesia de Colares, esta foi a única junta de paróquia do concelho de Colares e aquando da sua extinção foi integrada na zona sudoeste do Concelho de Sintra com uma extensão de 33 km².</p> <p>Aquando da publicação da lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, a freguesia de Colares não sofreu qualquer alteração.</p>

<b>Arrangement</b>	Fundo organizado em 4 secções e 2 subfundos.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/SNT05-CIPC**

<b>Description level</b>	SF
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SNT05-CIPC
<b>Title type</b>	Atribuído
<b>Title</b>	Comissão de Iniciativa e Propaganda de Colares
<b>Date range</b>	1938-04-01 - 1940-04-06
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/SNT05-CPUNC**

<b>Description level</b>	SF
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SNT05-CPUNC
<b>Title type</b>	Atribuído
<b>Title</b>	Comissão Paroquial da União Nacional de Colares
<b>Date range</b>	1937-10-09 - 1940-07-24
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português

**PT/AMSNT/SNT06**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SNT06
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Junta de Freguesia de Montelavar
<b>Date range</b>	1881-10-31 - 1942-10-03
<b>Dimension and support</b>	4 Lv.; 1 doc; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Junta de Freguesia de Montelavar
<b>Arrangement</b>	Ordenação segundo o critério cronológico
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/SNT11**

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SNT11
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Junta de Freguesia de São Martinho
<b>Date range</b>	1546-02-03 - 1945-11-05
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Junta de Freguesia de São Martinho
<b>Arrangement</b>	Ordenação segundo o critério cronológico
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.

**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português  
**Other finding aid** Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/SSC**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/SSC  
**Title type** Formal  
**Title** Sociedade Sintra Cinema, Lda  
**Date range** 1940-08-10 - 1940-08-10  
**Dimension and support** 151 programas; Papel  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Sociedade Sintra Cinema, Lda  
**Arrangement** Fundo constituído por uma série ordenada segundo o critério cronológico.

**Access restrictions** Comunicável  
**Conditions governing use** Sujeito à tabela emolumentar em vigor.  
**Language of the material** Português  
**Other finding aid** Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/STS**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/STS  
**Title type** Formal  
**Title** Sociedade de Turismo de Sintra  
**Parallel title** Casino de Sintra  
**Date range** 1924 - 1935-09-19  
**Dimension and support** 137 doc.; papel  
**Holding entity** Arquivo Municipal de Sintra  
**Producer** Sociedade de Turismo de Sintra  
**Biography or history** Constituída em 1922, a Sociedade de Turismo de Sintra, Lda, seria fundada para o projeto de modernização do bairro da Estefânia. A primeira grande obra da Estefânia foi o Casino, inaugurado a 30 de Julho de 1924. O projeto, financiado, por Adriano Júlio Coelho, e outros comerciantes de Sintra foi entregue ao arquiteto Manuel Joaquim Norte Júnior que o traçou com uma eloquência exclusiva e ao gosto dos encomendantes. Arquitetonicamente apresenta fachadas sóbrias, sem pretensões, tocando referências neo revivalistas. O termo confunde mais do que esclarece. É a mistura de estilos arquitetónicos do passado para a criação de uma nova linguagem arquitetónica. Sua popularidade pode ser explicada pela simplificação dos ornamentos na construção civil ou, quando então, um estilo próprio de edifícios oficiais que se cria. O Casino de Sintra teve o seu tempo áureo de 1924 a 1937, e um segundo fôlego em 1945. Adquirido pela Câmara Municipal na década de cinquenta, ali funcionou uma escola e depois algumas repartições públicas até que, nos anos noventa, se procedeu à reabilitação do edifício, e restituindo-lhe a dignidade de outrora tornando-o no Centro Cultural de Sintra, designadamente em Museu Arte Moderna e atualmente no MU.SA, Museu das Artes de Sintra. A Sociedade de Turismo de Sintra, Lda e a idealização arquitetónica de Norte Júnior, delinearão em parte o bairro da Estefânia tal como hoje o conhecemos.

**Arrangement** Fundo constituído por três séries ordenadas segundo o critério cronológico.  
**Other finding aid** Catálogo on-line.

**PT/AMSNT/SUS**

**Description level** F  
**Reference code** PT/AMSNT/SUS



<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Sociedade União Sintrense
<b>Date range</b>	1937-07-10 - 1949-10-26
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Sociedade união Sintrense
<b>Biography or history</b>	<p>A Sociedade União Sintrense tem desenvolvido, ao longo dos anos de existência, um trabalho de destaque no domínio do teatro, música, dança e artes plásticas. A Sociedade União Sintrense, cujo primeira designação era Real Sociedade União Sintrense, foi fundada no ano de 1877, pelos ilustres sintrenses Silva Rosa, José Simões, Joaquim Barreto e Domingos dos Santos Silva.</p> <p>A primeira sede da União foi numa dependência do antigo matadouro municipal que funcionou até 1847, (onde hoje é o Palácio Valenças).</p> <p>Em 1897 já a sede tinha sido transferida para um barracão junto à Igreja de São Martinho, na esquina para as escadinhas do Briamante. O primeiro regente da banda foi José Maria de Sousa.</p> <p>Naquela época, a Sociedade orgulhava-se de ter como sócios o Marquês da Praia e Monforte, os Viscondes de Monserrate, o Conde de Fontalva, António Mazzioti e até o rei D. Carlos.</p> <p>A terceira sede da velha coletividade foi no largo de Caracota. Depois em data incerta, mudou-se para uma dependência do quartel de Infantaria, quase em frente ao hotel Tivoli. Esta antiga sede foi demolida após 1910, bem como os quartéis de Cavalaria e Infantaria que rodeavam o Palácio da Vila até à Calçada do Pelourinho.</p> <p>Foi tempo de mudança para uma dependência no antigo quartel dos Bombeiros Voluntários, que funcionava onde até há pouco tempo era o Museu do Brinquedo, na Rua Visconde de Monserrate e aí deram-se vários espetáculos de ilusionismo e teatro. De "andas para bolandas" instalou mais tarde a sua sede por baixo do Mercado da Vila.</p> <p>Em 21 de Dezembro de 1936 foram compradas novas instalações na Rua Maria Eugénia Reis Ferreira Navarro pela quantia de 50.000\$00. O imóvel estava em elevado estado de degradação, mas foi completamente recuperado graças ao grande número de associados que todos dias voluntariamente ali trabalhavam depois das suas labutas, até altas horas da madrugada.</p> <p>Finalmente, em 1940 com sede entra a Sociedade União Sintrense num próspero período de atividade.</p> <p>Em 1940/1941, constituiu-se em comissão Augusta Carvalho, Beatriz Silvestre, Henrique Lima Simões e Rodrigo dos Santos Soares e com eles nasceu a Noite da Camélias, com o patrocínio do Jornal de Sintra.</p> <p>Nesta noite de 19 de Março de 1941, Maria Almira Medina escreveu um poema para abertura do baile. Participaram também Os Caprichosos (uma banda de Jazz) que animaram a sala até altas horas da madrugada.</p> <p>Desde 1941 é uma das associações mais emblemáticas do Concelho de Sintra.</p>
<b>Arrangement</b>	Fundo constituído por uma série ordenada segundo o critério cronológico.
<b>Access restrictions</b>	Comunicável
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português
<b>Other finding aid</b>	Catálogo on-line.

## PT/AMSNT/SUSN

<b>Description level</b>	F
<b>Reference code</b>	PT/AMSNT/SUSN
<b>Title type</b>	Formal
<b>Title</b>	Sport União Sintrense
<b>Date range</b>	1944-08-12 - 1949-07-29
<b>Dimension and support</b>	8 programas; papel
<b>Holding entity</b>	Arquivo Municipal de Sintra
<b>Producer</b>	Sport União Sintrense
<b>Access restrictions</b>	Comunicável.
<b>Conditions governing use</b>	Sujeito à tabela emolumentar em vigor.
<b>Language of the material</b>	Português